



As ilusões do sujeito em crise: a narrativa de *A paixão segundo G.H.* e os limites da subjetividade na sociedade capitalista.

The illusions of the subject in crisis: the narrative of *A paixão segundo G.H.* and the limits of subjectivity in capitalist society.

Bárbara DelRio Araújo

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais/ Brasil

barbaradelrio.mg@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-5415-6981>

Alex Alves Fogal

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais/ Brasil

alexfogal@yahoo.com.br

<http://orcid.org/0000-0002-3596-8295>

Resumo: O objetivo desse artigo é a abordagem interpretativa de *A paixão segundo G.H.* sob uma perspectiva social e materialista, tendo em vista, sobretudo, a teoria crítica adorniana. Nesse sentido, é possível destacar um caráter analítico diferenciado, uma vez que é incomum para a fortuna crítica dessa obra especificamente considerações que levem em conta o lastro histórico nacional. Divergindo dos estudos consagrados, essa pesquisa propõe tensões leituras de Benedito Nunes e análises existencialistas propondo um diálogo questionador acerca das potencialidades do sujeito e da subjetividade quando a consciência se apresenta estagnada incapaz de transformar em *práxis* os rumos da sociedade capitalista adoecida.

Palavras-chave: Teoria crítica; crise do sujeito; *A paixão segundo G.H.*

Abstract: The objective of this paper is the interpretative approach of *A paixão segundo G.H.* from a social and materialist perspective, having in mind, above all, Adorno's critical theory. In this sense, it is possible to highlight a differentiated analytical character, since it is unusual for the critical fortune of this book specifically to consider elements that take into account the national historical ballast. Differing from established studies, this proposed research

tensions readings by Benedito Nunes and existentialist analyzes proposing a questioning dialogue about the potentialities of the subject and subjectivity when consciousness is stagnant, unable to transform the paths of a sick capitalist society into praxis.

Keywords: Critical theory; subject crisis; *A paixão segundo G.H*

1 A linguagem e suas possibilidades nos estudos clariceanos.

A escrita de Clarice Lispector costumeiramente foi abordada pela fortuna crítica com um direcionamento que associava romances, contos e crônicas da autora a uma perspectiva de libertação, discutindo, muitas vezes, como a epifania proporcionava a enunciação do sujeito narrativo que aparecia entre silêncios¹. Não faltaram análises sobre como o foco narrativo intimista se cercava de uma “profusão de elementos literários como a metáfora insólita, o fluxo de consciência e digressões do monólogo interior” (BOSI, 2006, p.452). Tais estudos, em sua maioria, enfatizaram a ruptura com o factual, e centralizaram a instância do indivíduo a partir de teses abstratas e universalistas, todas reforçadas por estratégias formais heterodoxas, as quais Umberto Eco chamaria de “ópera aberta” (ECO *apud* BOSI, 2006, p. 424).

No âmbito da expressão e do desenvolvimento da escrita, não se pode relegar o enfoque à transformação existencial das personagens, sobretudo do narrador que se narra e promove a escrita de si. O termo escrita de si, tão recorrente nas interpretações das obras da autora, caracteriza a narrativa em primeira pessoa, cujo narrador se identifica com o autor biográfico, vivendo uma ambivalência entre situações ficcionais e reais, configurando aspectos literários típicos da modernidade. Esse termo se relaciona, portanto, à multiplicidade de perspectivas narrativas, à heterogeneidade e ao descentramento dos discursos:

¹ No artigo “A dimensão histórica da obra de Clarice Lispector”, Camila Correa e Alexandre Pilati discutem a recepção crítica de algumas obras da autora explicando como a perspectiva existencialista é afirmada e consolidada sobretudo na década de 1960 e 1970. Nesse aspecto, os autores destacam como a discussão “mítica-existencialista” tende a apagar os aspectos locais, histórico e sociais, importantes mediadores para a representação da universalidade.

o projeto existencial destas personagens é sempre um projeto linguístico. O ir-sendo existencial se revela e se constrói por meio de palavras. O ir-sendo pela linguagem se une com a noção de finitude irreversível do tempo. O ser toma consciência de caminhar para a morte e o nada existenciais. (SÁ, 1993, p. 48)

Especificamente esse tipo de narrador está presente e é bastante cotejado no romance *A paixão Segundo G.H.*, sendo que a fortuna crítica o analisa com base na performatização do sujeito, enaltecendo sua capacidade de se dispor das suas principais crenças e verdades, possibilitando o descentramento da autoridade. Nesse jogo de encenação, é notória a ênfase de como o trabalho com a linguagem permite a construção e a reconstrução do sujeito. A performatização da narrativa de *A paixão segundo G.H.*, segundo esse ponto de vista, favorece a ruptura com a tradição na medida em que o estilo, a estrutura e a linguagem promovem a reinvenção do sujeito-narrador. Nessa toada, o afamado crítico Benedito Nunes aborda o processo de reconstrução da individualidade da personagem G.H. a partir das mudanças e tentativas que G.H. narra e incorpora como tomada de consciência:

G.H. passa por um processo de conversão radical. A experiência do sacrifício de sua identidade pessoal impõe-lhe a dolorosa sabedoria da renúncia, traduzida numa atitude negativa de despersonalização ou “deseroização”. [...] Além de dolorosa essa sabedoria é paradoxal, pois que a perda de G.H. transformar-se-á em ganho. Pela negação de si mesma, ela alcançará sua verdadeira e própria realidade (NUNES, 1989, p. 59 - 60)

Nunes considera que o trabalho com a linguagem na narrativa revela o estado do sujeito narrador, que, por meio de elucubrações, tenta organizar a experiência vivida. O processo de escrita revela seu contorno existencial na medida em que o tom confessional demonstra um constructo, como se o sujeito se refizesse no momento em que reflete sobre a sua existência. A leitura comum da fortuna crítica, incluindo aqui Benedito Nunes, foca no indivíduo e no drama da linguagem, isso é, como essa se performatiza para representar os desdobramentos do sujeito na busca por atingir consciência sobre a condição humana, assumindo assim uma dimensão filosófica:

Oculto-se em G.H., sob aparência de uma vida tranquila, independente, mundana, estável, situada no topo da hierarquia social [...], uma vida secreta que ela conhece apenas de relance e que lhe vai ser revelada no momento do confronto. (NUNES, 1989, p. 60)

Essa interpretação é pertinente e inclusive se coloca na superfície do texto, visto que a própria narradora discorre sobre o drama de refletir sobre suas ações e de narrar essa reflexão:

Quem sabe me aconteceu apenas uma lenta e grande dissolução? E que minha luta contra essa desintegração está sendo esta: a de tentar agora dar-lhe uma forma? Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa” (LISPECTOR, 1998, p. 12).

Para além da reflexão do sujeito narrador, que se perscruta; para além desse aspecto que parece conduzir à esfera interpretativa do texto clariceano; para além desse abismo existencialista, está latente, mas cifrada, uma seara materialista, importante, porém muito pouco notada nas análises. Trata-se da causa que desencadeia todo o olhar pra si, representada em uma situação, cujo início se demarca quando G.H. se vê sem a figura da empregada e precisa organizar o quarto, onde encontra uma barata que decide esmagar. Esse aspecto não é gratuito e, para além das interpretações que discutem o encontro de G.H. com o “diferente”, temos, na realidade, uma relação de classe de um eu que se acha descentrado, embora estivesse com a situação muitíssimo definida do ponto de vista do espaço que ocupa:

O apartamento me reflete. É no último andar, o que é considerado uma elegância. (...) É bem mais que uma elegância. É um verdadeiro prazer: de lá domina-se uma cidade. Quando essa elegância se vulgarizar, eu me mudarei para outra elegância? Talvez. (LISPECTOR, 1998, p.30)

Nunes se preocupa com a revelação interior da personagem e aponta alguns aspectos importantes, tais como a vida independente e estável que ocupa no topo da hierarquia social, mas não os coloca como fundamentais para buscar a despersonalização e a conscientização identitária. A fundamentação da experiência existencial é materialista e Ligia Chiappini explicita isso ao afirmar: “atravessada pelas questões existenciais, que não escamoteiam a luta de classes, mas a incorporam, a narrativa se autoquestiona questionando a nós, leitores”. (CHIAPPINI, 1996, p.72)

Longe de depreciar a perspectiva existencialista, que boa parte da fortuna crítica da obra e da autora contempla, pretende-se chamar a atenção para um aspecto materialista que está bem demarcado nessa aparente supremacia de um eu que parece configurar a realidade segundo a sua consciência inquieta. Assim, toda a investigação que ocorre na narrativa, em busca de uma subjetividade que não se conforma com a linguagem herdada, aponta, de fato, para um lugar e um papel bem demarcados:

O que os outros recebem de mim reflete-se então de volta para mim, e forma a atmosfera do que se chama: eu. Eu não me impunha um papel mas me organizara para ser compreendida por mim, não suportaria não me encontrar no catálogo. Minha pergunta, se havia, não era: “que sou”, mas “entre quais eu sou” (LISPECTOR, 1998, p.28)

A personagem se despersonaliza, mas não deixa seu lugar social. Nesse aspecto, é importante se atentar para a ironia que ela mesmo avisa estar presente na narração. Nunes (1989, p. 57) afirma que os temas gerais de ordem filosófica dramatizados pela personagem e pela trajetória da própria narrativa podem ser reduzidos a um só problema, a saber, o ser e o dizer. Acreditamos que para melhor apreciação, inclusive dessa perspectiva existencialista, a qual pensa o sujeito e sua expressão, deve-se levar em conta o entendimento da realidade que abarca tanto a produção dessa literatura quanto os elementos formais que estão presentes na configuração da vida derrapante da narradora burguesa G.H.:

Esse modo de não ser era tão mais agradável, tão mais limpo: pois, sem estar agora sendo irônica, sou uma mulher espírito (...) À mesa com o meu café eu me enquadrava com meu robe branco, meu rosto limpo e bem esculpido, e um corpo simples. De mim irradiava-se a espécie de bondade que vem da indulgência pelos próprios prazeres e pelos prazeres dos outros. Eu comia delicadamente o meu, e delicadamente enxugava a boca com o guardanapo. (LISPECTOR, 1998, p.31)

Acompanhar a mudança da narradora é compreender que a angústia e sua luta com a expressão passam sobretudo por uma mediação específica: o quarto da empregada, Janair. G.H. cogita que, se tivesse sido “empregada-arrumadeira”; “se com as minhas mãos tivesse podido largamente arrumar” (LISPECTOR, 1998, p.33), talvez seria mais fácil. Assim, marca a diferença

entre a sua experiência e a da empregada no que tange à organização da casa e de si: “Mas seu nome – é claro, claro, lembrei-me finalmente: Janair (...) deixei finalmente vir a mim uma sensação que durante seis meses, por negligência e desinteresse, eu não me deixara ter: a do silencioso ódio daquela mulher” (LISPECTOR, 1998, p.40). Apesar de Janair ter nome e não apenas iniciais, fora Janair motivo da atração, mas também da sua repulsa. G.H. encontra Janair, a barata e si mesma no quarto de empregada: “o mundo havia reivindicado a sua própria realidade, e, como depois de uma catástrofe, a minha civilização acabara: eu era apenas um dado histórico”. (LISPECTOR, 1998, p.69)

Percebe-se que, nesse viés da busca por si, a narrativa tensiona esteticamente um confronto brasileiro associado à “ousadia de proprietária” (LISPECTOR, 1998, p.36), que muitas vezes aparece notado pela fortuna crítica apenas como uma questão existência da condição humana. Porém, se trata de uma condição humana específica de uma classe e que está atrelada ao capitalismo tardio.

Em diversos momentos da narrativa, nessa experiência de esvaziamento da subjetividade e da reflexão diante da atitude negativa de ser, a personagem parece ter domínio do que era, embora não saiba o que será. Nesse processo de despersonalizar-se, que a fortuna crítica elucida como um processo de uma identidade entreaberta, existem direcionamentos importantes, como a redenção em que o encontro com a barata no quarto de Janair trouxe:

Embora eu saiba que, mesmo em segredo, a liberdade não resolve a culpa. Mas é preciso ser maior que a culpa. A minha ínfima parte divina é maior que a minha culpa humana. O Deus é maior que minha culpa essencial. Então prefiro o Deus, à minha culpa. Não para me desculpar e para fugir mas porque a culpa me amesquinha. Eu já não queria fazer nada pela barata. Estava me libertando de minha moralidade - embora isso me desse medo, curiosidade e fascínio; e muito medo (LISPECTOR, 1998, p.87)

Diante do choque, a narradora questiona seus vestígios morais que a prendem. Afirmo quer romper com todos eles. Entretanto, nesse percurso, expõe o fato de, se algum dia, teve identidade diante do espectro que ela percebeu ser:

A identidade - a identidade que é a primeira inerência - era a isso que eu estava cedendo? era nisso que eu havia entrado? A identidade me é proibida, eu sei. Mas vou me arriscar porque confio na minha covardia

futura, e será a minha covardia essencial que me reorganizará de novo em pessoa. Não só através de minha covardia. Mas me reorganizarei através do ritual com que já nasci, assim como no neutro do sêmen está inerente o ritual da vida (...)Estou tentando te dizer de como cheguei ao neutro e ao inexpressivo de mim. Não sei se estou entendendo o que falo, estou sentindo - e receio muito o sentir, pois sentir é apenas um dos estilos de ser. No entanto atravessarei o mormaço estupefato que se incha do nada, e terei que entender o neutro com o sentir. (LISPECTOR, 1998, p.99-100)

O que se nota é como a narradora-personagem, que se identifica com a barata no quarto da empregada, também já se identificara anteriormente com objetos. Como a crise existencial de GH pode ser vista autenticamente, se ela nunca tivera identidade? Se ela sempre se vê nos objetos e tem a visão de si como em um catálogo? Pode-se dizer que esse eu, cuja intimidade é aberta na narrativa, revela uma contradição interessante e pouco abordada pelos existencialistas. No íntimo do eu, antes ou depois do processo de “deseroização”, tem um objeto, por mais que busque renegá-lo. Há uma vida, uma realidade, que elabora e a faz concluir que “eu é apenas um dos espasmos instantâneos do mundo (...) O mundo independia de mim - esta era a confiança a que eu tinha chegado (LISPECTOR, 1998, p.178-179).

Deste modo, a ascese que leva G.H. a experimentar a revisão dos seus sentimentos é reveladora de muitas dramatizações de questões sociais. *A paixão segundo G.H.* é uma narrativa que permite sim a problematização, por meio da configuração literária, das relações possíveis entre sujeito e contexto histórico-social, sobretudo da crise da subjetividade frente a sociedade do capital. Mobilizar somente uma dessas esferas, como fez a fortuna crítica, é se esquecer das enunciações do próprio texto sobre o peso da realidade:

A realidade antecede a voz que a procura, mas como a terra antecede a árvore, mas como o mundo antecede o homem, mas como o mar antecede a visão do mar, a vida antecede o amor, a matéria do corpo antecede o corpo, e por sua vez a linguagem um dia terá antecedido a posse do silêncio. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la - e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. (LISPECTOR, 1998, p.176)

2 A encruzilhada de G.H.: a coisificação do sujeito e a subjetivação das coisas.

Nota-se, conforme as considerações anteriores, que a angústia de G.H. não pode ser limitada a seu foro íntimo, ou simplesmente associada às questões sígnicas, visto que encontra lastro na configuração estrutural da sociedade. No entanto, para que essa afirmação não soe abstrata e generalista por demais, é imprescindível atribuir base histórica e material para a reflexão, especificando como a formação – e a deformação – da subjetividade encontra suas causas no mundo social e não na dimensão do próprio sujeito, o que seria um mero exercício tautológico².

A linha de construção desse raciocínio encontra fundamentação já na página inicial do livro, quando G.H. diz:

Não sei o que fazer do que vivi, tenho medo dessa desorganização profunda. Não confio no que me aconteceu. Aconteceu-me alguma coisa que eu, pelo fato de não a saber como viver, vivi uma outra? A isso queria chamar desorganização, e teria a segurança de me aventurar, porque saberia depois para onde voltar: para a organização anterior. A isso prefiro chamar desorganização pois não quero me confirmar no que vivi – na confirmação de mim eu perderia o mundo como eu o tinha, e sei que não tenho capacidade para outro. (LISPECTOR, 1998, p. 11)

² Grande parte dos estudos que monopolizaram o debate sobre a subjetividade e a constituição do sujeito costumam colocar a esfera individual como um fim em si mesmo, como se todas as agruras e dilemas individuais comessem e terminasse no próprio indivíduo. Logo, como ocupam posição central no debate atual, acabam por construir a imagem de que as interpretações marxistas ou outras linhagens de estudo menos metafísicas são insuficientes ou inférteis. É importante deixar claro que a crítica marxista não é nem um pouco incompatível com essa temática, conforme nos mostram os próprios estudiosos da Escola de Frankfurt – que tiveram em Karl Marx uma de suas bases mais importantes – e suas pesquisas sobre a psicologia do sujeito na esfera do capitalismo, como a *Dialética do Esclarecimento* e *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Para além disso, as próprias reflexões de Marx já se mostravam propícias à discussão sobre a subjetividade, pois, de modo geral, o que vemos em obras como *O Capital* é como as relações de produção e trabalho, inicialmente elementos exteriores da realidade, são interiorizadas na esfera individual, produzindo fenômenos que operarão mudanças em sua ontologia. Para uma reflexão mais detalhada sobre isso, ver a abordagem de Jean Paul Sartre em *O que é a subjetividade?* (2015), principalmente aquelas que se encontram no capítulo “Marxismo e subjetividade”.

O trecho – assim como o restante da narrativa – está construído por meio de um estilo que exige do leitor uma atenção especial para captar o sentido do que é dito, pois se sedimenta por meio de elocubrações que aparentam ser apenas espasmos repentinos da consciência da narradora e se utiliza de um método análogo ao ensaísmo filosófico de alguns pensadores existencialistas. No entanto, apesar dessa superfície escorregadia, é possível acompanhar com relativa clareza a dinâmica de funcionamento do “eu” que tenta expressar sua condição, acompanhemos: em suas palavras iniciais, observa-se que a narradora-personagem indica a total falta de controle sobre os acontecimentos e experiências que a cercam, afirmando não saber o que fazer de suas experiências e que se encontra em um estado de “desorganização profunda”. Mas, logo em seguida, esse mesmo sujeito que até então se mostrava perdido e fragilizado se sente na condição de atribuir descrédito à realidade externa e decide, por si só, nomear aquilo que lhe aflige como “desorganização”, que é prontamente minimizada como um momento de aventura, no qual se perderia em suas certezas sobre a vida para depois retornar à sua condição segura de “organização anterior”. Novamente essa posição dura pouco e G.H. parece entender que na verdade esse movimento não seria satisfatório, pois caso decidisse se confirmar naquilo que “viveu” (sua “organização anterior”) ela perderia “o mundo” conforme ela o “tinha”, pois como poderia as experiências de outrora servir para o momento de agora, tão distinto? Isso mostraria a ela que teriam sido experiências falsas, decalcadas, que apenas repetem para ela aquilo que ela pensou que fosse a realidade e não como esta é de fato. Após toda essa ginástica de cunho existencial, G.H. afirma que fazer isso seria desmanchar o seu “mundo” anterior e isso seria a sua derrocada, pois não tem “capacidade para outro”. O caminho é tortuoso, porém, com algum esforço, percebe-se um modelo de subjetividade que, inicialmente, consegue vislumbrar o seu vazio, mas em um rápido e desesperado movimento de reação, decide inflar seu “eu” – que é importante lembrar, foi percebido como vazio, portanto, é encher-se de nada – e afirmar para si que o mundo externo é apenas a projeção de sua interioridade, algo que fica claro até mesmo nos termos utilizados: “me confirmar no que vivi”, “o mundo como eu tinha”.

A partir desses apontamentos, parece pertinente afirmar que estamos diante de um exemplo de subjetividade típica da modernidade e do modo de organização social e histórico que a demarca. Max Horkheimer, referência

incontornável no que diz respeito à questão do papel do indivíduo no contexto do capitalismo moderno, nos aponta um panorama pouco alentador sobre a questão, pois segundo ele:

a crise da razão é manifesta na crise do indivíduo, que se desenvolveu como seu agente. A ilusão que a filosofia tradicional tem cultivado sobre o indivíduo e sobre a razão – a ilusão de sua eternidade – está sendo dissipada. O indivíduo outrora concebeu a razão exclusivamente como um instrumento do eu. Agora, ele experiencia o inverso dessa autodeificação. A máquina ejetou o piloto; ela corre cegamente pelo espaço. No momento da consumação, a razão tornou-se irracional e estultificada. O tema dessa época é a autopreservação, muito embora não exista qualquer eu a ser preservado. (HORKHEIMER, 2015, P. 143)

Com base na passagem acima, podemos dizer que o “eu” de G.H. encontra o limite de sua racionalidade, pois tenta reorganizar suas ideias e sentimentos, mas, subitamente, percebe a insuficiência de sua capacidade lógica, uma vez que o problema parece ser maior, extrapola o âmbito da cognição e parece se situar na realidade externa, na vida social. Ainda assim continua a tentar racionalizar seus problemas maquinalmente ao longo de toda a narrativa, mas só lhe resta a imobilidade e a estupefação diante de tudo. Contudo, o que mais chama a atenção quando cotejamos o raciocínio de Horkheimer com as palavras de G.H. é que apesar desta reconhecer a insuficiência de sua experiência e de sua visão de mundo para compreender a angústia que a cerca, a vontade de autopreservação ainda é preponderante, fazendo-a crer que se a realidade não se encaixa em sua perspectiva, é porque a realidade não serve. Só se atribui validade para aquilo que recebe o selo de garantia do sujeito, mantendo-se a perspectiva do ego preservada, sem fissuras.

Apesar desse desejo de autoconservação por parte de um sujeito sem subjetividade plena se apresentar como um enorme contrassenso, ele acabou por ser algo naturalizado em nossa sociedade. É reflexo da coisificação das relações sociais, de produção e, conseqüentemente, da própria racionalidade, que se tornou um exercício automático de reprodução daquilo que é imposto ao indivíduo sob a etiqueta de razoável. Logo, o “esclarecimento”, mostra-se apenas como uma falsificação ao indivíduo que se propõe refletir sobre sua própria condição e sua relação com o mundo objetivo, pois se a força de trabalho dos seres, as suas relações familiares, o seu lazer e sua cultura se tornaram coisas – ou mercadorias, para ser mais específico – por que isso não haveria de acontecer com a razão? Conforme Adorno nos ensina,

com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ele se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo. O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas. O aparelho econômico, antes mesmo do planejamento total, já provê espontaneamente as mercadorias dos valores que decidem sobre o comportamento dos homens(...). As inúmeras agências da produção em massa e da cultura por ela criada servem para inculcar no indivíduo os comportamentos normalizados como os únicos decentes, racionais. (ADORNO, 2006, p. 35).

À primeira vista essa “coisificação do espírito” apontada por Adorno parece não ter relação alguma com a condição de G.H., pois, se a olharmos de modo superficial, a narradora-personagem parece transbordar autonomia de pensamento e inquietude reflexiva – aliás, grande parte dos estudos críticos sobre a obra apostam nisso – devido a seus infindáveis monólogos, através dos quais ela parece sempre assumir posições autênticas e novos entendimentos sobre a vida. Entretanto, a linha de raciocínio adorniana nos abre uma importante chave de leitura para compreendermos que G.H., na verdade, “se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais” que são esperadas de uma pessoa da classe que ela ocupa na sociedade, ou seja, dito de outro modo, todo o seu drama existencial tem como ponto de partida a sua identidade como proprietária de objetos e contratadora de serviços em um mundo coisificado, no qual o fetiche – ou o feitiço, como diz Adorno – faz com que as relações sociais e de produção acabem por invadir a subjetividade dos indivíduos fazendo com que o “aparelho econômico” possa antecipar aquilo que se espera do “comportamento dos homens”. Em síntese, é como se o sujeito, tragado pela lógica do mundo das mercadorias, passasse a medir a si mesmo e às suas relações com os outros a partir das regras de circulação e valoração das coisas e das propriedades. Para que a construção do raciocínio não se abstraia por demais, busquemos apoio em uma passagem da narrativa:

Naquela manhã, antes de entrar no quarto, o que era eu? Era o que os outros sempre me haviam visto ser, e assim eu me conhecia. Não sei dizer o que eu era. Mas quero ao menos me lembrar: que eu estava fazendo? Eram quase dez horas da manhã, e há muito tempo meu apartamento não me pertencia tanto. No dia anterior a empregada se despedira.

O fato de ninguém falar ou andar e poder provocar acontecimentos alargava em silêncio esta casa onde em semiluxo eu vivo. Atardava-me à mesa do café – como está sendo difícil saber como eu era. No entanto tenho que fazer o esforço de pelo menos me dar uma forma anterior para poder entender o que aconteceu ao ter perdido essa forma. (LISPECTOR, 1998, p. 23-24)

G.H. tenta rememorar o momento em que começou a sua atribulação, ou como ela mesmo diz, quando perdeu a sua “forma”. É interessante observar que tudo se inicia a partir da diluição de suas relações com a sua propriedade, o apartamento, e com a pessoa que lhe presta serviços, no caso, a empregada. A narradora-personagem sente-se imobilizada na mesa de café da manhã, em sua moradia de “semiluxo”, um dia após o pedido de demissão da empresa doméstica. G.H. afirma ser “difícil saber” como ela era e a sensação de pertencimento absoluto sobre a sua residência passa a incomodá-la, uma vez que agora não escuta “ninguém” – refere-se à empregada – “falar ou andar” e até mesmo o silêncio a perturba. Tais aspectos nos conduzem a duas colocações importantes sobre o trecho. Primeiramente, nota-se que G.H. parece perder, ou simplesmente constata que perdeu, a sua referência sobre si mesma a partir do momento em que sua referência de classe se abala. Vejamos bem, não quer dizer que após a demissão da moça ela tenha descido algum degrau na escala social ou esteja em dificuldades financeiras, mas o fato é que a presença da empregada a fazia se sentir mais patroa, situando-a melhor enquanto sujeito social que paga para que alguém realize em seu lugar determinados serviços que optou por não fazer pois não os acha compatíveis com a sua posição na sociedade, ou julga não ter tempo para executá-los. Isso se torna ainda mais claro quando ela se vê estática na mesa do café sem saber por onde começar o seu dia dentro dessa nova situação. A segunda colocação possível é decorrente dessa primeira e diz respeito ao fato de G.H. sentir estranheza por sentir seu apartamento tão seu. Obviamente, como boa representante da burguesia média, G.H. sente orgulho de sua propriedade e se sentiria aflita diante de qualquer risco iminente de perda ou prejuízo. Porém, isso não quer dizer que tenha qualquer intenção de perder seu tempo dedicando cuidados a ela ou que conheça a fundo o seu funcionamento, pois como ela mesma afirma, a empregada Janair conhecia o apartamento melhor que ela e desfrutava mais da vista oferecida pela cobertura (LISPECTOR, 1998, p. 42). Mostra-se ali um comportamento

típico da ideologia dessa classe, que demonstra um determinado prazer e um senso de grandeza ao delegar os cuidados de suas posses para terceiros, como se vê, por exemplo, no proprietário de cavalos que só vai ao seu haras a lazer mas nunca alimentou ou banhou um de seus animais. Assim como ele, G.H. se importa somente com a posse formal sobre aquela mercadoria, pois outra pessoa, geralmente um subalterno a ela na escala econômica, é quem irá cuidar da funcionalidade de sua propriedade.

Diante do exposto, parece plausível afirmar que a subjetividade da narradora-personagem assume para si a forma das interações coisificadas que sustentam a sociedade moderna, apresentando-se falseada por meio de uma aparência de vida psicológica complexa e desassossegada, mas que na verdade, encontra-se homogeneizada, restrita à dinâmica das relações sociais na esfera do capitalismo. O exemplo de G.H. nos indica que os conceitos de alienação, reificação e fetiche não acometem apenas àqueles indivíduos circunscritos ao mundo do trabalho em sua versão mais precária, cuja única opção de sobrevivência é a venda da mão de obra. Até mesmo o indivíduo que se encontra mais ao alto na hierarquia do capital e se apresenta como beneficiário do esclarecimento está sujeito ao processo de massificação de sua persona, atuando apenas como um sujeito despersonalizado cuja subjetividade acaba por assumir feição de objeto fabricado, a exemplo do que se depreende da declaração abaixo, tristemente enunciada pela narradora-personagem:

E acabei sendo o meu nome. É suficiente ver no couro de minhas valises as iniciais G.H., e eis-me. Também dos outros eu não exigia mais do que a primeira cobertura inicial dos nomes. Além do mais, a “psicologia” nunca me interessou. (LISPECTOR, 1998, p. 25).

3 Considerações finais

“Enfim, quebrara-se realmente o meu invólucro, e sem limite eu era. Por não ser, eu era. Até o fim daquilo que eu não era, eu era. O que não sou eu, eu sou” (LISPECTOR, 1998, p.121). A narrativa de *A paixão segundo G.H.* se mostra uma interessante representação de como a Literatura consegue estabelecer relações com a sociedade de modo a apresentar dispositivos que captam o achatamento do sujeito diante da consolidação do capital. Os dizeres da protagonista ao final da sua experiência revelam o peso e a importância do mundo exterior na sua formação, inclusive na sua perda de autonomia.

Pode-se afirmar que a vivência existencial dramatizada demonstra a fatídica conclusão de que nada ela era, e que toda sua capacidade de se transfigurar, deflagrava o poder das coisas sobre a sua essência íntima esvaziada: “Oh Deus, eu me sentia batizada pelo mundo” (LISPECTOR, 1998, p.121).

Nesse aspecto, a obra não revela um sujeito repleto de potencializadas e com capacidades transbordantes, mas alguém cuja experiência não se pode narrar e acumular. Ao contrário, ao final de todo o processo, G.H. reconhece a importância do mundo e que a realidade não é aquilo que ela propõe. Deste modo, é muito importante preservar uma visão da totalidade do que é narrado, uma vez que existe sim, como aponta a fortuna crítica, o viés investigativo do sujeito, mas é necessário, como aponta a própria narrativa, considerar que essa subjetividade está situada em solo histórico.

Conforme foi possível observar ao longo desse estudo, a narradora-personagem acaba por se enveredar em um percurso cíclico, no qual oscila entre momentos de crença absoluta em sua perspectiva subjetiva e instantes em que compreende o potencial determinante da realidade externa sobre o seu ser, mas, de modo geral, tudo acaba sempre por revelar um estado de consciência estagnada, incapaz de transformar seus anseios em *práxis*.

Apesar dessa linha de interpretação ter sido pouco explorada pela crítica sobre a obra, em *A paixão segundo G.H.*, Clarice Lispector consegue dramatizar de modo inteligente e profundo a situação do sujeito contemporâneo, que se deixa iludir por sua pretensa capacidade de exercer a alteridade, mas que nem ao menos se propõe a superar sua ótica de classe ao observar as relações sociais. Expõe-se ali as entranhas de um sujeito que crê piamente na complexidade de sua subjetividade e na autenticidade de suas reflexões, mas age como um autômato cuja identidade se estabelece apenas em relação ao mundo das mercadorias.

Referências

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, 2006.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CHIAPPINI, Lígia. *Pelas ruas da cidade uma mulher precisa andar*. São Paulo: Revista da USP, n.1, 1996.
- CORREA, Camila C. A. & PILATI, Alexandre S. “A dimensão histórica da obra de Clarice Lispector”. In: *Anais eletrônicos do XV encontro ABRALIC*, Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Artigo, p.2535-2604.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: editora Unesp, 2015.
- LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- NUNES, Benedito. *O drama da linguagem*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- SÁ, Olga. de. *Clarice Lispector – a travessia do oposto*. São Paulo: Annablume, 1993.
- SARTRE, Jean- Paul. *O que é a subjetividade?*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.